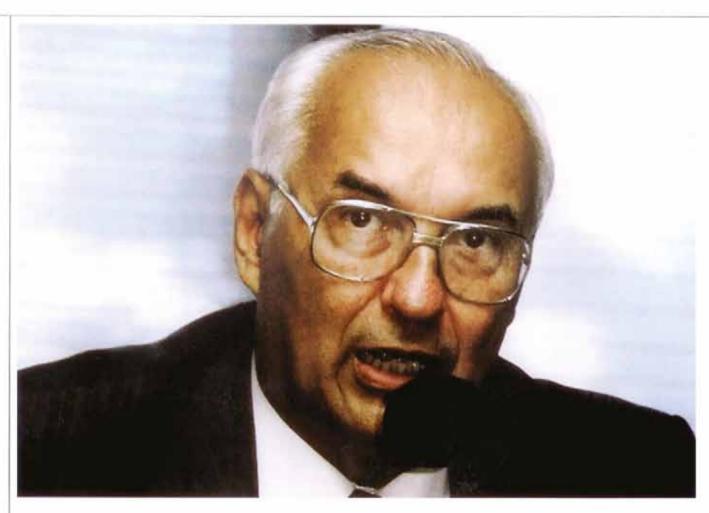
JUSIA CANDADANIA

MIN. MOREIRA ALVES

REVERENCE ARAC JURISTA MARCOR

Editorial: O Bom Embaixador



UMA CARGA INSUPORTÁVEL

Dr. Ives Gandra da Silva Martins

enho sido, nas limitações dos artigos que escrevo para meus poucos leitores, um severo crítico do Presidente Bush pela sua inútil e irracional invasão ao Iraque, em que já morreram quase o dobro de inocentes civis do que aqueles mortos nas duas torres. Principalmente, porque mentiu para os americanos e para o mundo, ao dizer que a guerra seria para eliminar armas de destruição em massa, que nunca existiram e que ele sabia que não existiam. A ONU também o sabia, por isto não lhe deu o aval para a tresloucada guerra.

Substituindo o "direito de ingerência" – só passível de concessão pela comunidade internacional – pelo "direito da força" da nação mais poderosa do mundo, espezinhou a ONU, provocou a revolta da comunidade árabe e tornou o americano uma figura não querida, em todo o globo.

Para efeitos internos, todavia, só posso elogiar o Presidente Bush. Entendendo que a carga tributária americana, de 29% do PIB, era elevada e não gerava desenvolvimento, mas antes a revolta dos contribuintes e desemprego para os americanos, lançou ambicioso plano de redução de impostos, contra a opinião de todos os burocratas, que vivem à custa dos tributos, e dos políticos também sustentados pelos pagadores de impostos.

O resultado não poderia ter sido melhor. Depois de estar a economia "patinando", com crescente preocupação do povo estadunidense, os resultados não se fizeram esperar, havendo sensível e positiva evolução dos indicadores econômicos e, na avaliação do último trimestre, um crescimento do PIB superior a 8%.

Tal crescimento seria ainda maior, se não tivesse envolvido a nação americana na aventura desastrosa do Iraque.

O bom senso de Bush, em matéria econômica, parece não sensibilizar as nossas autoridades, que acreditam que quanto mais tributos retirarem da sociedade, tanto mais poderão dominá-la, impondo uma economia dirigida, em que o desenvolvimento e a competitividade não são os objetivos prioritários.

Os Estados Unidos prestam serviços públicos e a carga tributária é de 29% do PIB. O Brasil não presta serviços públicos em padrão digno e a carga é de 37,5%, com projeção de poder atingir a 40%, se for confirmada a M.P. 135/03, a reforma tributária "possível" (só aquela que diz respeito a elevação da

NOS EUA.

PENSA-SE

NO POVO

NO BRASIL.

APENAS NOS

DETENTORES DO

PODER

carga), além dos já confirmados aumentos que a lei complementar 116/03 trará aos munícipes dos 5.500 municípios do Brasil.

Nos EUA, pensa-se no povo. No Brasil, apenas nos detentores do poder. Nos Estados Unidos, quem ganha 700 dólares por mês quase não paga nada, apesar de a alíquota ser de 15%, visto que pode quase tudo deduzir. No Brasil quem ganha 700 dólares mensais já entra na faixa dos 27,5% e não deduz quase nada. Lá a economia cresce. Aqui, patina.

Lá, os contribuintes são bem tratados, principalmente após a aprovação de seu Código de Defesa. Têm, inclusive, o direito de acionar agentes públicos, se maltratados ou não receberem a atenção que merecem das autoridades. E de acioná-los, inclusive por danos morais.

Aqui, o Código de Defesa do Contribuinte não evoluiu, porque o Governo insiste em denominar as medidas propostas contra as arbitrariedades, de "Código do Sonegador" e a carga escorchante e vampiresca, para um país que não presta serviços públicos, já está em 38%.

Estou convencido de que não haverá crescimento, enquanto a carga tributária amarrar o programa. Estou convencido de que não haverá paz social, enquanto os tributos forem escorchantes. Estou convencido de que não haverá geração de empregos, enquanto o trunfo maior da política tributária for apenas aumentar, aumentar, aumentar a arrecadação.

Um país cresce com a sociedade. Ela é que gera

desenvolvimento, empregos e paz. Não há solução social com economia estagnada. E o governo, que prometeu 10 milhões de empregos, poderá gerar, com tal irracionalidade, 10 milhões de desempregados.

Como, apesar de ter sempre divergido dos grandes líderes do PT, nada obstante o respeito e afeto pessoal que tenho pela grande maioria deles (Lula, Dirceu, Genoíno, Mercadante, Marco Aurélio Garcia, Professor Luizinho, Márcio Thomas Bastos, Sérgio Sérvulo, Suplicy, Marta, Hélio Bicudo, Paulo Singer e outros) e acreditando que estão imbuídos do ideal de ver um país melhor, é que continuo a escrever, alertando, como mero cidadão, que "o rei está nu". Que devem pensar em fazer a economia deslanchar, mais do que entulhar de correligionários os cargos disponíveis, na esperança de que possam, com a sua inexperiência, fazer o país crescer.

No dia em que compreenderem que o melhor

governo é aquele que alavanca as potencialidades da sociedade e não a dos burocratas e dos aproveitadores do poder, assim como que é o bom governo o que menos atrapalha o crescimento da sociedade, neste dia, tenho certeza de que o Brasil -que só não cresce, por causa dos governos -poderá começar a trilhar seu destino, que considero irreversível, de uma grande nação.

Oxalá perceba o governo que a economia não é nem uma ciência ideológica, nem uma ciência matemática, mas psico-social e

que compreendam serem os agentes econômicos os verdadeiros geradores de desenvolvimento, não os amarrando através de tributos e juros elevados, mas apenas os reorientando, quando necessário, com os dois instrumentos constitucionais do direito do consumidor e da luta contra o abuso do poder econômico.

Tenho convicção de que, se voltar os olhos para quem gera empregos, e não para quem se aproveita da proximidade do poder, poderá ser o grande governo que o País deseja. Caso contrário, não merecerá mais que um apagado registro, na cronologia da história do Brasil.

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Paulista e Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária -CEU.

14 - JUSTIÇA & CIDADANIA - DEZEMBRO 2003